



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12621 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Joedson Brito dos Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Introdução

Estudar o financiamento da Educação Infantil (EI) no Brasil é voltar-se para uma área particularmente vulnerável, seja em virtude da atenção que a EI recebeu, historicamente, por parte do poder público central, seja pelos processos de alocação de recursos para o provimento desse segmento, marcado por uma complexidade em suas características, por problemas e limitações. Como já apontado por Campos (1992), ao destacar que os dados sobre recursos para o atendimento de crianças estavam agregados em categorias maiores; espalhadas por subprogramas ou localizados em grandes funções; o atendimento não era considerado como prioridade nem possuíam fontes específicas de recursos; era preciso buscar, nas fontes existentes, as parcelas utilizadas para esse setor; o financiamento era segmentado, “no orçamento da União, convergindo de forma descoordenadas nas ações a nível local” (CAMPOS 1992, p. 17). “A prática mais utilizada” pelo poder público era “o repasse de recursos públicos para entidades privadas” por meio de convênios” (CAMPOS, 1992, p.6).

Outro fator importante é que a produção do conhecimento sobre o financiamento da EI, ainda, é muito escassa, recente e dispersa, apesar de vim ganhando cada vez mais importância no âmbito das políticas sociais e educacionais, bem como na pesquisa e na produção nacional. É nessa direção que inserimos o presente estudo que tem como objetivo inventariar a produção científica sobre o financiamento da educação infantil (EI), no Brasil, entre os anos de 1989 a 2019, considerando aspectos que indiquem a trajetória das pesquisas e

os principais temas investigados.

Tradicionalmente, o financiamento da EI não se caracterizava como um objeto específico de estudo, e vinha sendo discutido dentro dos estudos sobre as políticas de atendimento à criança pequena e do financiamento da educação, em geral. Por isso, é possível encontrar discussões sobre o tema dentro das pesquisas sobre municipalização da educação, impacto do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais do Magistério (Fundef) e do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de custos educacionais e sobre as parcerias e relação público-privado na educação, dentre outros temas.

As preocupações com os poucos recursos, com a pouca atenção do Estado no provimento educacional da população menor de sete anos, com a multiplicidade de instituições responsáveis pelo seu atendimento e a forte atuação de instituições privadas vinham sendo mencionadas nos estudos sobre o atendimento e as políticas para crianças, desde os anos de 1970. Contudo, os primeiros estudos sobre o financiamento da EI vão aparecer apenas no final da década de 1980 e início dos anos de 1990. Os primeiros estavam vinculados aos trabalhos sobre financiamento das políticas sociais e dos estudos sobre os recursos para o atendimento à infância. Num segundo momento, os estudos adentram a pesquisa acadêmica e os programas de pós-graduação em educação.

Franco (1989) realizou um estudo pioneiro de caracterização dos custos de atendimento a crianças pobres de zero a seis anos de idade em creches comunitárias urbanas no Distrito Federal e Recife, e, Campos (1992) fez um estudo sobre o financiamento da infância na década de 1980, considerando recursos federais vinculados aos programas de creches e pré-escolas. Os primeiros trabalhos de dissertações que trataram diretamente dos recursos para EI apareceram a partir de 1998. Primeiro, uma pesquisa sobre os custos da EI com duas Instituições do Distrito Federal (OLIVEIRA, 1998) e, segundo, um estudo sobre as possibilidades e limites para gestão municipal em relação ao financiamento da EI em Herval D'Oeste (AMARAL 2000). As primeiras teses foram defendidas em 2000, uma na Universidade de São Paulo, intitulada “As creches na educação paulistana 2002-2012” (FRANCO, 2015), e a outra na Universidade Federal da Paraíba tratando do financiamento da EI no contexto do Fundeb (SANTOS, 2015).

Nos estudos da arte sobre políticas educacionais, políticas de EI, e sobre financiamento da educação, constatamos uma lacuna quanto às questões sobre financiamento da EI. As pesquisas de Rocha, 1999; Rocha; Silva filho; Strenzel (2001) que evidenciaram o aumento das pesquisas e das produções em políticas de EI, mas não apresentam estudos sobre o tema dos recursos para a EI. Nas investigações sobre a produção do conhecimento do financiamento da educação, o tema da EI, também, pouco aparece como objeto de destaque. Gomes *et al* (2007) identificou em seu estudo apenas cinco (5) trabalhos, o que equivaleu a 2,63% das produções investigadas. Santos (2016) analisou estudos de 1996 a 2010, e destacou

a necessidade de atenção ao financiamento da EI e do ensino médio. Cruz e Jacomini (2017) identificaram apenas 3 trabalhos de dissertações que tratam da EI e reafirmaram as lacunas nos estudos do financiamento da educação como o caso da EI.

Metodologia

A pesquisa caracterizou-se por uma abordagem de natureza quanti e quali, com pesquisa bibliográfica e documental. Trata-se de um estudo do tipo “Estado do Conhecimento”, como definido por Vosgerau; Romanowski, (2014) que reuniu teses, dissertações, livros, capítulos de livros e artigos científicos. Utilizou-se como fonte o Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Plataforma Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Scholar e revista da Fineduca. Como descritores elegeram-se as expressões “financiamento da educação infantil”, “custo da educação Infantil”, “Fundef e educação Infantil”, “Fundeb e Educação Infantil” e “educação infantil e convênio”. As produções foram reorganizadas em um banco de dados no Excel considerando o ano de publicação. Em seguida, foram reorganizados levando em consideração as categorias: artigos, textos técnicos, texto de anais, livros, capítulos, dissertações e teses. Após organização e leitura foram elaborados e analisados quadros e gráficos a partir de uma tabela dinâmica e categorizadas quanto aos principais eixos temáticos.

Resultados e Discussão

No total, o estudo reuniu 97 produções. Dessas, 40 foram artigos de periódicos, 49 dissertações e 8 teses. Essas foram organizadas em um quadro síntese considerando o quantitativo das publicações encontradas e as categorias elencadas, de modo a possibilitar uma visualização da trajetória e evolução dos estudos ano a ano. Foi possível observar que, a partir de meados de 1990, o financiamento da EI entrou no radar das preocupações dos pesquisadores e estudiosos da educação, bem como da comunidade em geral.

Outro aspecto importante é que, a partir dos anos 2000, os estudos começaram a se intensificar. Entre os anos com maior número de publicações estão 2004 e 2011 e 2015 a 2019. O primeiro aspecto, talvez, esteja vinculado as mudanças pós Constituição Federal de 1988 e Lei 9.394/1996, e o segundo, ao momento de transição do Fundef para o Fundeb, com as discussões em torno da inclusão da EI no Fundeb e a aprovação da Emenda Constitucional nº 59/2009 e da Lei nº 13.005/2014 que criou o Novo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024).

Para melhor caracterização desse inventário de produções acadêmicas foi necessário identificarmos onde elas tinham sido publicadas ou vinculadas, bem como para melhor entendimento e análise foi importante separar as publicações em geral dos trabalhos de dissertações e teses. Os dados indicaram que a revista da Fineduca vem se configurando como o principal periódico para a divulgação dos estudos sobre o financiamento da EI, em seguida podemos observar que o maior número de publicações está na Revista Brasileira de Estudos

Pedagógicos, na Revista Brasileira de Política e Administração da Educação e nos Cadernos de Pesquisa, todas elas com 3 publicações no período analisado.

No caso das teses e dissertações, as pesquisas se concentram nos Programas de pós-graduação do Sudeste e do Sul, mas, aos poucos, têm se espalhado em programas nos demais estados do país. A Universidade de São Paulo, a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Santa Catarina e a Universidade Estadual de Campinas, são as instituições que mais se ocuparam do tema.

Após leitura e análise as produções foram agrupados em oito eixos: *Política de financiamento da EI e expansão do atendimento*; *Financiamento da EI e a relação público-privado*; *Financiamento da EI e as Políticas de Fundo*); *Financiamento da EI, Custo e Qualidade*, *Financiamento da EI e as Políticas e Programas Federais*, e, o *Financiamento da EI e Organismos Multilaterais*; *Financiamento da EI, Carreira e Valorização docente*; e *Estudo da arte sobre financiamento da EI*. Eles se articulam e, por vezes, envolvem outras discussões como, a judicialização, o pacto federativo e a gestão da EI.

Conclusões

O presente artigo faz um inventário das produções sobre financiamento da EI, mapeando os estudos, categorias ou formas, vínculos institucionais, ano de publicação e principais temas discutidos. A análise dos resultados sugere um aumento dos estudos e da atenção em relação ao financiamento da EI, mas ainda não há clareza e articulação entre esses estudos e seus respectivos pesquisadores, nem há exatidão quanto à configuração de um campo específico de estudo. Os trabalhos encontrados e analisados foram produzidos num recorte temporal de praticamente 30 anos. Foram reunidas 97 produções. Dessas, 40 foram artigos de periódicos, 49 dissertações e 8 teses. Nesse período foram encontradas apenas 8 teses que de algo modo se dedicaram ao tema e todas produzidas a partir de 2015.

Outros aspectos relevantes do estudo: o debate e a produção começam a se acentuar num contexto marcado pela Política de Fundo (Fundef e Funbeb), com ampliação das produções no cenário pós Fundeb. As produções foram agrupadas em oito eixos tendo os maiores números de publicações para o tema da *Política de financiamento da EI e expansão do atendimento*, o *s Financiamento da EI e a relação público-privado* e o *Financiamento da EI e as Políticas de Fundo*. No caso das teses e dissertações, as pesquisas se concentraram nos Programas de pós-graduação do Sudeste e do Sul do país, mas, vem se espalhado nos programas de pós-graduação nos demais estados do país. Talvez este estudo possa ajudar a dimensionar a trajetória, tendências e características importantes das produções sobre o tema, apontar aspectos poucos explorados, auxiliar o trabalho de futuros pesquisadores, bem como promover o fortalecimento das pesquisas sobre financiamento da EI. Mas não assegura aprofundamento quanto aos principais resultados das pesquisas e os aspectos teóricos e metodológicos. Por isso, recomendamos ampliação das pesquisas.

Referências

- AMARAL, R. A. M. do. Educação Infantil E Gestão Municipal: Possibilidades E Limites De Financiamento - O Caso De Herval D'Oeste. 2000. *Dissertação (mestrado)* - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. 2000.
- CAMPOS, M. M.. Atendimento à infância na década de 80: as políticas federais de financiamento. In: *Cadernos de Pesquisas n° 82*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, agosto de 1992, p. 5- 20.
- CRUZ, R. E. da; JACOMANI, A.J. Produção acadêmica sobre financiamento da educação:2000-2010. *Rev. bras. Estud. pedagog.*, Brasília, v. 98, n. 249, p. 347-370, maio/ago. 2017.
- FRANCO, M. A. C. Lidando pobremente com a pobreza: análise de uma tendência no atendimento a crianças “carentes” de 0 a 6 anos de idade. In: ROSEMBERG, Fúlvia (Org.). *Creches*. São Paulo: Cortez, 1989. p. 179-215.
- FRANCO, D. de S. Uma década das creches na educação paulistana - 2002 a 2012 03/12/2015 186 f. *Doutorado em Educação* – Instituição de Ensino: Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP. 2015.
- GOMES, C. A., CARNELLI, B. L., JESUS, W. F., Leal, H. B. O financiamento da educação brasileira: uma revisão da literatura. *RBP AE* – v.23, n.1, p. 29-52, jan./abr.2007.
- OLIVEIRA, A. M. de. Custos da Educação Infantil: O Caso de Duas Instituições do Distrito Federal. Instituição de Ensino: Universidade Católica de Brasília, Brasília. *Mestrado em Educação*. 1998 212 f.
- ROCHA, E. A. C.; SILVA FILHO, J. J. da; STRENZEL, G. R. (Org.). *Educação infantil (1983-1996)*. Coordenação de Eloisa Acires Candal Rocha. Brasília, DF: MEC/Inep/Comped, 2001.
- ROCHA, E. A. C. *A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia*. 1999. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- SANTOS, A. S. R. dos. O Financiamento da Educação no Brasil: o Estado da Arte e a Constituição do Campo (1996 a 2010). *Uníltalo em Pesquisa*. São Paulo SP, v.6, n.1, p. 245-272, jan/2016.
- SANTOS, J. B dos. O financiamento da educação infantil no contexto do FUNDEB: limites e contradições na expansão do atendimento às crianças de 0 a 6 anos de idade em João Pessoa – PB – 2007-2013. *Tese (Doutorado)* Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. 259p. 2015.
- STRENZEL, Giandréa Reuss. A produção científica sobre educação infantil no Brasil nos programas. de pós-graduação em Educação. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 23., 24-28 set. 2000, Caxambu. Anais eletrônicos. Rio de Janeiro: ANPED, 2000.
- VOSGERAU, D. S. R., ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.